



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

EM Nº 356/2021

Florianópolis, 09 de dezembro de 2021

Senhor Governador,

Tenho a honra de submeter à consideração de Vossa Excelência a inclusa minuta de Decreto contendo a Alteração 4.394 do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 2.870, de 27 de agosto de 2001.

A Alteração acrescenta o § 36 ao art. 60 Regulamento com o objetivo de aprimorar os procedimentos e os sistemas informatizados em relação à interpretação dada pela administração tributária estadual.

Dessa forma, a proposta permite que o Secretário de Fazenda, por meio de Portaria, possa estabelecer as condições e procedimentos para levantamento anual da regularidade fiscal para fins de prazo ampliado para recolhimento do ICMS declarado em DIME.

Quanto à vigência, foi estabelecida a produção de efeitos imediatos com a publicação do Decreto.

Ainda, a revogação disposta no art. 3º tem por objetivo dar melhor clareza à legislação vigente e uniformizar o entendimento da Administração Pública, uma vez que o § 4º-C tem aplicação mesmo que o débito seja apurado em atividade fiscalizatória, já que deve ser interpretado em consonância com o § 5º.

Por fim, considerando a necessidade de a norma já estar vigor no dia 1º de janeiro de 2022, para que as alterações quanto à análise da regularidade fiscal possam ser aplicadas já para o próximo exercício, solicitamos que a tramitação da presente minuta de Decreto ocorra em regime de urgência, para que seja publicada em tempo hábil.

Respeitosamente,

Paulo Eli
Secretário de Estado da Fazenda
(assinado digitalmente)

Excelentíssimo Senhor
CARLOS MOISÉS DA SILVA
Governador do Estado
Florianópolis - SC

ANEXO ÚNICO
COMPARATIVO DA LEGISLAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
RICMS	ALTERAÇÃO 4394 - Regulamento	
Art. 60	Art. 60 § 36. As condições e os procedimentos para o levantamento dos requisitos previstos nos §§ 4º-A a 6º deste artigo serão disciplinados em portaria do Secretário de Estado da Fazenda.	A presente alteração tem por objetivo o aprimoramento dos procedimentos e dos sistemas informatizados em relação à interpretação dada pela administração tributária estadual. Dessa forma, a proposta de alteração inclui o § 36 ao artigo 60, possibilitando que o Secretário de Fazenda, por meio de Portaria, possa estabelecer as condições e procedimentos para levantamento anual da regularidade fiscal para fins de prazo ampliado para recolhimento do ICMS declarado em DIME.
	CLÁUSULA DE VIGÊNCIA	
	Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.	A cláusula de vigência estabelece a produção de efeitos imediatos com a publicação do Decreto.
	DISPOSITIVOS DE REVOGAÇÃO	
Art. 60 § 4º-C A regularidade não fica afastada no caso de imposto declarado extemporaneamente na DIME ou na Declaração de Débitos de ICMS Especiais (DDE), observado o limite definido em	Art. 3º Fica revogado o § 4º-C do art. 60 do Regulamento.	A revogação disposta no art. 3º tem por objetivo dar melhor clareza à legislação vigente e uniformizar o entendimento da Administração Pública, uma vez que o § 4º-C tem aplicação mesmo que o débito seja apurado em atividade fiscalizatória, já que deve ser interpretado em consonância com o § 5º.

<p>ato do titular da Diretoria de Administração Tributária (DIAT), que será proporcional ao valor do imposto declarado e recolhido no prazo previsto no § 5º-A deste artigo, em cada período de referência.</p> <p>.....</p>		
--	--	--